ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

16º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

-2008-

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A disciplina constitucional da súmula vinculante estabelece que:

a) qualquer súmula do STF vincula os demais órgãos do Poder Judiciário.
b) as súmulas do STF e do STJ sempre vinculam os demais órgãos do Poder Judiciário.
c) qualquer súmula do STF que verse sobre matéria constitucional vincula os demais órgãos do Poder Judiciário.
d) apenas a súmula aprovada por dois terços dos membros do STF, que verse sobre matéria constitucional, vincula os demais órgãos do Poder Judiciário.
e) apenas a súmula aprovada por dois terços dos membros do STF, que verse sobre matéria de lei federal, vincula os demais órgãos do Poder Judiciário.

2) Caso o Governador do Estado necessite de um parecer a respeito da constitucionalidade de um projeto de lei, deverá encaminhar consulta:

a) à Defensoria Pública Geral do Estado.
b) ao Procurador-Geral da República.
c) à Procuradoria Geral do Estado.
d) ao Ministério Público.
e) à Advocacia-Geral da União.

3) Assinale a alternativa correta:

a) Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e de constitucionalidade, em qualquer hipótese, o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
b) O Procurador-Geral do Estado é parte legítima para ajuizar ação declaratória de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
c) A atividade de controle de constitucionalidade é exclusiva do Poder Judiciário.
d) Os Tribunais de Justiça dos Estados não têm competência para o exercício do controle de constitucionalidade.
e) Podem propor ação declaratória de constitucionalidade o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

4) Assinale a alternativa correta:

a) Compete à União e aos Estados legislar sobre trânsito e transporte.
b) Compete à União, privativamente, legislar sobre direito civil.
c) Compete à União, exclusivamente, legislar sobre licitações e contratos.
d) Compete aos Estados e Municípios legislar sobre interesse local.
e) Compete à União legislar sobre o serviço público de gás canalizado.

5) O remédio constitucional vocacionado para o controle concreto de inconstitucionalidade das omissões legislativas é:

a) o mandado de injunção.
b) o *habeas corpus*.
c) a ação popular.
d) a ação de usucapião extraordinário.
e) a ação penal pública.

6) Assinale a alternativa incorreta:

a) É constitucional projeto de lei deflagrado por parlamentar que tenha por finalidade conceder aumento remuneratório ao funcionalismo público.
b) É inconstitucional a criação de uma serventia judicial por meio de lei originada de projeto deflagrado por parlamentar.
c) A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Chefe do Poder Executivo determinadas competências privativas para deflagrar o processo legislativo.
d) A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Estados competência legislativa reservada ou remanescente.
e) A repartição de competências legislativas prevista na Constituição decorre do princípio federativo.

7) Assinale a alternativa correta:

a) O Distrito Federal detém competências que a Constituição atribuiu apenas aos Estados.
b) O Distrito Federal detém competências que a Constituição atribuiu apenas aos Municípios.
c) O Distrito Federal detém competências que a Constituição atribuiu aos Estados e aos Municípios, e o Chefe do Poder Executivo é um Governador.
d) O Distrito Federal detém competências que a Constituição atribuiu aos Estados e aos Municípios, e o Chefe do Poder Executivo é um Prefeito.
e) O Poder Executivo do Distrito Federal é chefiado por um Interventor Federal.

8) Pode a União instituir isenção de tributos de competência estadual?

a) Sim, mas apenas nos casos de tributos incidentes sobre operações interestaduais.
b) Não, pois o art. 151, inciso III, da Constituição veda a isenção heterônoma.
c) Não, em virtude do princípio constitucional da capacidade contributiva.
d) Sim, quando o interesse público assim exigir.
e) Não, exceto nos casos de proteção do princípio da dignidade da pessoa humana.

9) Em qual das hipóteses abaixo a acumulação de cargos públicos é sempre VEDADA pela Constituição?

a) Dois cargos públicos de professor.
b) Dois cargos públicos de médico.
c) Dois cargos públicos de enfermeiro.
d) Um cargo público de médico e outro de professor.
e) Um cargo público de Oficial de Justiça e outro de analista de sistemas.

10) É correto afirmar-se que:

a) os princípios constitucionais estão sempre positivados no texto da Constituição.
b) os princípios constitucionais são normas de aplicação em casos concretos, em que não se possibilita ao intérprete ponderação.
c) os princípios constitucionais absolutos tutelam direitos absolutos.
d) os princípios constitucionais são mandamentos de otimização dotados de normatividade, ponderáveis à luz de casos concretos.
e) os princípios positivados na Constituição Federal de 1988 não podem ser interpretados simetricamente aos Estados e Municípios.

DIREITO CIVIL

11) Assinale a afirmativa correta:

a) Os atos praticados por relativamente incapazes não assistidos são válidos.
b) A colação de grau em curso de ensino superior não faz cessar a incapacidade para os menores de dezoito anos.
c) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos devem ser representados por seus pais ao praticar atos da vida civil.
d) O casamento faz cessar a incapacidade para os menores de dezoito anos.
e) Os atos praticados pelos ébrios habituais são nulos.

12) No que respeita aos negócios jurídicos, pode-se dizer que:
a) Nos negócios gratuitos há reciprocidade de prestações entre as partes.
b) Todos os negócios bilaterais são onerosos.
c) O silêncio nunca pode ser considerado como anuência.
d) O instrumento público é requisito de validade de todos os negócios jurídicos.
e) O termo inicial não suspende a aquisição do direito.

13) Acerca dos bens, é correto afirmar que:
a) Pertenças são partes integrantes dos bens principais.
b) O uso comum dos bens públicos deve ser exclusivamente gratuito.
c) Um bem não se pode tornar indivisível por vontade das partes.
d) Os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico, ainda que não separados do bem principal.
e) As benfeitorias voluptuárias têm por fim conservar o bem.

14) Assinale a afirmativa incorreta:
a) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
b) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não fixar prazo menor.
c) Durante a tutela, não corre a prescrição entre tutelados e seus tutores.
d) O juiz pode reconhecer, de ofício, a prescrição em favor dos absolutamente incapazes.
e) Uma vez interrompida, a prescrição contra a Fazenda Pública recomeça a correr pela metade do prazo.

15) A respeito da mora, é certo afirmar que:
a) Não se considera em mora o credor que não quiser receber o pagamento na forma estabelecida pelas partes.
b) Não é exigido fato ou omissão imputável ao devedor para a caracterização de sua mora.
c) Em caso de obrigações decorrentes de ato ilícito, os juros moratórios fluem desde a prática do evento danoso.
d) O devedor em mora não fica obrigado ao pagamento de juros.
e) O devedor em mora sempre responde pela impossibilidade da prestação resultante de caso fortuito e de força maior, quando ocorrerem durante o atraso.

16) São bens que se podem substituir por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade:
a) Consumíveis
b) Divisíveis
c) Fungíveis
d) Coletivos
e) Públicos

17) Procede com dolo aquele que:
a) celebra um ato, que tem aparência normal, mas que, na verdade, não visa o efeito que juridicamente devia produzir.
b) por desconhecimento ou falso conhecimento das circunstâncias, age de um modo que não seria a sua vontade, caso conhecesse a verdadeira situação.
c) em benefício próprio ou alheio, provoca a diminuição maliciosa de seu patrimônio, com o ânimo de causar prejuízo a seus credores.
d) Emprega violência para obter de outrem uma declaração de vontade.
e) Usa práticas ou manobras maliciosas, a fim de conseguir de outro uma emissão de vontade que lhe traga proveito.

18) O que difere uma fundação das demais pessoas jurídicas de direito privado?
a) A inexistência de fins lucrativos.
b) A *affectio societatis*.
c) A necessidade de registro de seus atos constitutivos.
d) A sua constituição por uma universalidade de bens.
e) A divisão do capital social em quotas.

19) Empresa é:
a) um estabelecimento comercial.
b) o exercício organizado de atividade econômica para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
c) uma sociedade limitada.
d) uma pessoa jurídica.
e) o ponto comercial.

20) O vínculo jurídico que se estabelece entre duas pessoas, em razão do qual uma delas deve uma prestação à outra chama-se:
a) obrigação.
b) contrato.
c) negócio jurídico.
d) ato jurídico.
e) transação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Marque a alternativa correta:
a) Para propor ou contestar ação é necessário apenas ter interesse econômico.
b) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
c) O Juiz está autorizado a prestar a tutela jurisdicional sempre, independentemente de provocação.
d) Para propor ou contestar ação é necessário apenas ter legitimidade.
e) Todas as alternativas acima são FALSAS.

22) São condições da ação:
a) possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e regularidade na representação processual.
b) legitimidade das partes, interesse de agir e juiz manifestamente competente.
c) interesse de agir, legitimidade das partes e regularidade na representação processual.
d) possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade das partes.
e) possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e capacidade processual das partes.

23) São hipóteses de extinção do processo, sem resolução de mérito:
a) o indeferimento de medida liminar pelo juiz.
b) a decadência e a prescrição.
c) quando o réu reconhecer a procedência do pedido.
d) quando o juiz julgar procedente o pedido.
e) o indeferimento da petição inicial pelo juiz.

24) São modalidades de resposta do Réu:
a) a reconvenção, a contestação e a apelação.
b) a contestação, a apelação e o agravo de instrumento.
c) a contestação, a exceção e a reconvenção.
d) a exceção, a contestação e o agravo de instrumento.
e) o agravo de instrumento, a apelação e a impugnação ao valor da causa.

25) O prazo para uma Autarquia estadual interpor Recurso Extraordinário é de:
a) 10 dias.
b) 15 dias.
c) 30 dias.
d) 5 dias.
e) 60 dias.

26) Indique a afirmativa correta:
a) A incompetência relativa não tem obstáculos ao seu conhecimento de ofício.
b) A incompetência relativa pode ser conhecida a qualquer tempo.
c) A incompetência absoluta não pode ser conhecida a qualquer tempo.
d) A incompetência absoluta pode ser conhecida de ofício.
e) A incompetência absoluta deve ser argüida por meio de exceção de incompetência.

27) Sobrevindo lei que determine a obrigatoriedade de processamento de questão na esfera da Administração, sem que venha a ser cuidada no Poder Judiciário, qual princípio do Direito Processual pode estar sendo afetado?
a) Princípio do juiz natural.
b) Princípio do devido processo legal.
c) Princípio do contraditório.
d) Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
e) Princípio da investidura.

28) Sobre as intervenções de terceiros, assinale a opção incorreta:
a) O assistente é aquele que atua no processo para auxiliar seu assistido a obter uma vitória na demanda.
b) A oposição é a modalidade de intervenção pela qual terceiro auxilia uma das partes a obter o reconhecimento de um direito sobre uma coisa controvertida.
c) A nomeação à autoria é modalidade de intervenção que pode ser utilizada pelo detentor de uma coisa, para alegar sua ilegitimidade passiva numa causa, indicando o possuidor ou proprietário.
d) O chamamento ao processo se dá, entre outras hipóteses, para que o réu possa chamar à demanda um devedor solidário.
e) A denunciação da lide é forma de intervenção que caracteriza uma ação de regresso.

29) Quanto à coisa julgada, é incorreto afirmar que:
a) Transitada em julgado a sentença de mérito, consideram-se deduzidas e repelidas todas as questões que a parte poderia ter argüido para acolhimento ou rejeição do pedido.
b) A coisa julgada produz efeitos às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros.
c) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença.
d) Os motivos adotados pelo juiz não formam coisa julgada.
e) Não forma coisa julgada a apreciação da questão prejudicial decidida em sede de ação declaratória incidental.

30) São requisitos de admissibilidade de todos os recursos:
a) Tempestividade, interesse, legitimidade.
b) Cabimento, repercussão geral, legitimidade.
c) Preparo, prequestionamento, legitimidade.
d) Interesse, legitimidade, prequestionamento.
e) Cabimento, legitimidade, prequestionamento.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

AVISO

16.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O Procurador-Chefe do CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS divulga aos interessados o seguinte gabarito da prova objetiva do 16º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária, realizado em 28.06.2008:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO CIVIL	DIREITO PROCESSUAL CIVIL
01 – D	11 – D	21 – B
02 – C	12 – E	22 – D
03 – E	13 – D	23 – E
04 – B	14 – B	24 – C
05 – A	15 – C	25 – C
06 – A	16 – C	26 – D
07 – C	17 – E	27 – D
08 – B	18 – D	28 – B
09 – E	19 – B	29 – E
10 – D	20 – A	30 – A

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – Parte I.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 2008.

LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO
Procurador-Chefe do CEJUR

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

16º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CIVIL

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

NOTA:	NOTA POR EXTENSO: _____

RUBRICA(S) DO(S) EXAMINADOR(ES)

INSTRUÇÕES

Use caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer tipo, inclusive esferográfica.
Preencha, de forma legível, os espaços existentes na parte inferior desta folha, na **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO.**
O preenchimento dessa **ÁREA** tem como finalidade a desidentificação da prova e, após a correção, a sua identificação.
Deixe em branco os espaços constantes da **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO EXAMINADORA E OS DE USO DA COMISSÃO ORGANIZADORA.**
NA SUA RESPOSTA UTILIZE APENAS AS FOLHAS PAUTADAS ANEXAS (INCLUSIVE NO VERSO).
NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.
Não serão consideradas respostas dadas no caderno de rascunho ou na folha de questões, os quais não devem ser devolvidos.
NÃO ASSINE AS FOLHAS DE RESPOSTA, NEM AS RUBRIQUE OU NELAS FAÇA QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O CANDIDATO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA.

NÃO PREENCHER

16º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

NÃO PREENCHER

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO

Nome _____ Inscrição nº _____
(Em letra de forma)

Assinatura usual_____ Data de Nascimento_____/_____/_____

PROVA DISCURSIVA

1ª questão: Disserte sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

2) Discorra sobre o princípio da separação de poderes.